

O Lugar dos Pobres nas Cidades:

explorações teóricas sobre a integração da periferização e pobreza na produção do espaço urbano

Alexandre Pereira Santos

Mestrando, UFPEL – PROGRAU. Brasil, alexandre.pereira.arq@gmail.com

Maurício Couto Polidori

Professor Doutor, UFPEL – PROGRAU. Brasil, mauricio.polidori@gmail.com

Otávio Martins Peres

Professor Mestre, UFPEL – PROGRAU. Brasil, otmperes@gmail.com

Marcus Vinícius Saraiva

Doutorando, Birkbeck University of London, Inglaterra, marcus.saraiva@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

As cidades podem ser descritas como imensos artefatos criados pelo homem para suprir suas necessidades (Portugali 2000), especialmente as de socialização e encontro. Contemporaneamente, abrigam a maior parte da população mundial (UN-Habitat 2008) o que aumenta sua relevância para a promoção da qualidade de vida e mesmo sobrevivência das sociedades humanas no planeta.

A preponderância da urbanização sobre outros modos de organização do território, no entanto, traz desafios particulares que se tornam mais complexos e ricos em nuances com o passar do tempo. Desde meados do séc. XX, assistimos ao aumento de um contraste com o tecido urbano predominante nas cidades compactas da Europa até a Segunda Guerra Mundial, uma vez que se fortaleceram modos dispersos de ocupação do território. Estes modos ganharam força ao ponto de se tornarem prevalentes na provisão de urbanização para os setores produtivos e habitação nos Estados Unidos da América (USA) (Lee 2007) e mesmo em outros contextos como a Ásia (Xie et al. 2005), América Latina (UN-Habitat 2012) e Brasil (Reis 2006). Nas últimas décadas, evidenciamos o aumento da urbanização de forma dispersa, que foi matizada por características regionais, passando a interagir com pobreza e desigualdade de forma particular (Cohen 2004).

Buscamos entender a forma urbana nestes mecanismos de crescimento e a formação de disparidade sócio territoriais nas cidades, inicialmente a partir de relações microeconômicas sobre a urbanização que impulsionam maior compactação ou dispersão de sua forma. Em seguida, investigamos a interação da produção de cidade com a formalidade e informalidade de ocupação, procurando integrar esta última no núcleo de estrutura de análise da urbanização latino-americana de forma geral e brasileira, mais especificamente. Para concluir, são indicadas diretrizes teóricas e metodológicas para avanços destes estudos, especialmente considerando a formação de periferias e da pobreza enquanto fenômenos complexos e auto-organizados.

2 ECONOMIA E URBANIZAÇÃO PERIFÉRICA

De forma geral, se percebe que a urbanização pode ser descrita como fruto de uma integração crescente de dois movimentos complementares: do crescimento interno, composto por aumento da densidade, preenchimento de vazios, compactação e/ou verticalização; e do seu crescimento externo, realizado através da expansão sobre áreas não-urbanizadas, consumindo áreas agrícolas e naturais de forma mais ou menos densa (Polidori et al. 2014). A alternância entre compactação e expansão ocorre através de importantes mecanismos de retroalimentação de cunho econômico e social, em que surtos de expansão rápida e aparentemente caótica, são seguidos de movimentos de consolidação mais lenta e gradual. Estes últimos podem, por sua vez, ser superados por novos surtos de expansão, compondo ciclos de valorização-desvalorização da forma urbana (Harvey 1978; Harvey 2006; Wheaton 1982).

O crescimento interno ocorre com a substituição do estoque existente por outro ou com mudança das suas finalidades ou com intensa densificação (Wheaton 1982). É identificado com a gentrificação, uma vez que as alterações de estoque de forma geral atendem a estratos de renda superiores aos que antes ocupavam as áreas. Este modo de crescimento também está associado à ocupação de áreas vazias em zonas urbanizadas, que podem ser *brownsites*¹ ou vazios urbanos (Echenique et al. 2012).

O crescimento externo ocorre geralmente de forma dispersa, através de dois modos de apropriação do espaço peri-urbano presentes com toda a clareza nos EUA e reproduzidos em diversas nuances ao redor do mundo. De um lado, existe a dispersão baseada em re-nucleação

¹ Áreas de uso industrial ou fortemente impactadas por urbanização que não são mais adequadas a ocupação.

periférica, as cidades-borda², onde se busca alternativa ao congestionamento das áreas centrais, sem prescindir das vantagens da proximidade e aglomeração. De outro, há a dispersão generalizada, sem nucleação consistente: as cidades-sem-borda³. Estas duas formas respondem a condições específicas de cada local, mas também a dinâmicas de desenvolvimento tecnológico que impactam as cidades. Favorecendo a aglomeração periférica, certos autores ressaltam o papel das relações de encontro e troca informal de conhecimento, ocasionando a especialização da dispersão com a concentração das atividades intelectualmente intensas (especialmente as direção e gestão empresarial) e o espalhamento das atividades mais elementares e serviços básicos. Favorecendo a dispersão, pode-se considerar a possibilidade de substituição do transporte (e do contato presencial) pelas tecnologias de comunicação, anulando vantagens locais e acelerando as formas de dispersão tanto de empresas, como de domicílios (Lee 2007).

Nas décadas mais recentes, assistimos à prevalência da expansão (Lee 2007) com ocasional retomada do crescimento interno (em grande medida estimulada por normas de controle do uso do solo) (Echenique et al. 2012). O acúmulo de infraestruturas, equipamentos e bens culturais nos centros históricos, típico das cidades tradicionais, vai perdendo importância sob o conceito de “competitividade” para áreas periféricas que são, principalmente, menos congestionadas e providas de acesso rodoviário franco. Ciclos de crescimento externo impulsionam novos ciclos de ocupação nas áreas centrais no momento em que passam a oferecer condições favoráveis de ocupação na urbanização expandida. Isto ocorre quando sua centralidade é reforçada pela extensão do conjunto de modo que as deseconomias da distância (provocadas pela expansão) compensam a renovação das áreas existentes ou a ocupação de vazios deixados pelo crescimento (Wheaton 1982; Fujita & Thisse 2009).

A forma urbana resultante é, portanto, impulsionada por um consenso a favor do crescimento (Logan & Molotch 1993) entre capitalistas, rentistas da terra, políticos, oficiais de governo e facções das classes socioeconômicas que buscam vantagens através da expropriação⁴ do território. Se no capitalismo, antecipar-se nas inovações é fundamental para manter a rentabilidade, na terra urbana inovar é agregar novas áreas ao urbanizado ou “destruir”⁵ o capital

² No original “edge cities”.

³ No original “edgeless cities”.

⁴ O termo expropriação aqui se refere a expressão “dispossession”, conforme utilizada por Harvey (2006).

⁵ Lembramos que se trata, neste caso, de destruição de valor, uma abstração. Ela pode, logicamente, ter consequências bastante reais e destrutivas de bens, organizações sociais e mesmo de famílias e indivíduos, por estar imbricada na “teia da vida”, como define Harvey (2006). Lembramos, porém, que esta destruição “real” decorre de uma destruição absolutamente “fictícia”, como relata Abramo sobre o mercado carioca (2007).

existente, para capitalizar sobre o potencial acumulado. Nessa relação formam-se tensões entre o urbanizado em diferentes períodos (cuja valorização decai com o tempo) e o não urbanizado. Os capitalistas, então, visam obter rentabilidade através da expropriação, que pode ser entendida em dois movimentos: antecipar-se aos outros na incorporação de novas áreas ou na desvalorização dos bens alheios, que “suportam” a perda de valor de forma a equilibrar a acumulação de capital e evitar ou minimizar as crises de superacumulação (Harvey 2006).

O fator essencial a notar aqui é a interação que se torna sistêmica entre as áreas periféricas e as áreas centrais: a desigualdade do espaço urbano (e geográfico em maior medida) como necessidade para a reprodução da classe capitalista através do espaço. Dito de outra forma, os espaços menos valorizados são necessários para o modo de urbanização capitalista, suportando os custos sociais de uma urbanização descontínua e provendo oportunidades repetidas de mitigação das crises de acumulação. Deste modo, a desigualdade entre áreas urbanas valorizadas e aquelas menos valorizadas é elemento central no processo de produção da cidade (Harvey 1978), a exemplo da desigualdade do espaço geográfico (Harvey 2006, especialmente cap. 3).

No que tange a este trabalho, ressaltamos até aqui o papel ativo das periferias e centros urbanos nos ciclos de valorização-desvalorização. Cabe expandir a reflexão em direção à pobreza que se localiza nas áreas periféricas de forma a verificar seu papel no sistema, assim como possíveis construções teóricas que a articulem com a produção do espaço urbano. Antes, no entanto, faz-se necessário observar as características espaciais dos processo até aqui discutidos.

3 A FORMA DAS PERIFERIAS

Consolidando o processo de mudança da própria identidade urbana iniciado na Revolução Industrial, a modernidade trouxe a dissolução progressiva da quadra e do tecido urbano (Panerai et al. 2013) e a pós-modernidade intensificou este processo ao introduzir a hibridização dos tecidos e do estabelecimento de diversos estágios intermediários de urbanização (Chin 2002). De massas compactas *intramuros*, diversas cidades gradualmente passaram à condição de arquipélagos de urbanizações fragmentadas, cada vez mais adaptáveis e menos completas (Ascher 2010). Nos últimos 50 anos⁶, verificamos a diversificação dos autores da

⁶ Ante a condição heterogênea das cidades ao redor do mundo e mesmo na América Latina devemos realizar a ressalva de que esse processo não foi (nem é) homogêneo e as datas apresentadas são no máximo aproximações generalistas.

urbanização, assim como o surgimento de formas mais flexíveis e mescladas entre usos urbanos, rurais, naturais e diversas tonalidades intermediárias.

Não obstante o impacto sobre centros históricos, sabemos que significativa parte deste processo ocorreu para além das bordas da cidade tradicional, foco do presente trabalho. Os dispersos *outskirts* e os *terrains vagues*⁷ dos arrabaldes passaram neste período, por transformações fundamentais. Em um primeiro momento, foram ocupados e integrados à forma urbana de modo descontínuo. Enquanto as partes com maior potencial passaram a compor nova parcela do núcleo urbano, outras partes permaneceram como vazios, hiatos na urbanização que se tornou porosa. Em seguida, foram superados pela próxima onda de crescimento externo, na qual a cidade se misturou às formas rurais e semi-rurais, ampliou suas discontinuidades e teve sua densidade reduzida. Os limites urbanos se tornaram, deste modo, cada vez menos precisos, como se a cidade fosse esgarçada ao ponto de ser penetrada por formas menos densas de uso do solo. Os núcleos periféricos se mesclaram com esse tecido urbano híbrido, a conurbação integrou os núcleos dispersos e as urbanizações esparsas passaram a se misturar umas com as outras, criando contínuos de ocupação de concentrações variadas (Chin 2002).

Esta mudança legou à contemporaneidade formas urbanas diversas e de difícil classificação. Especialmente nos EUA, como também em grande parte dos países desenvolvidos, núcleos urbanizados especializados organizam redes esparsas de subúrbios monofuncionais pouco densos que se estendem até onde o preço do combustível permitir, com gradativo abandono dos *inner city districts*⁸ (Berube & Kneebone 2006; Lee 2007). Ao sul do Equador, imensas áreas de informalidade e pobreza intercalam-se com usos industriais e enclaves de alta renda (Davis 2006); agravam-se as disparidades sociais e a informalidade consolida-se como alternativa principal dos mais pobres para ter acesso ao solo urbano (Bógus & Taschner 1999). Um verdadeiro caleidoscópio de desenvolvimento urbano (Abramo 2007) se redefine de forma cíclica e contínua, sem jamais consolidar-se, mantendo permanente ímpeto à expansão (Barros 2004).

⁷ Áreas de abandono nas periferias das cidades, especialmente das cidades industriais dos séculos XIX e XX. Foram estudadas em extensão nas renovações das ciências sociais e geografia da segunda metade do séc. XX, simbolizando, em grande medida, a adoção de pontos de vistas não-hegemônicas nessas áreas. *Outskirts*, evoca um sentido de margem, borda externa e exclusão de centralidade. Já os *terrain vagues* significam o abandono e exclusão associados às periferias.

⁸ Bairros ou setores inteiros das cidades, especialmente nos Estados Unidos, que são taxados como internos à mancha urbana densa e, portanto, sinônimos de pobreza e precariedade. Um dos melhores modelos dessa condição ainda pode ser encontrado em Chicago, que desde Burgess (Portugali 2000) demonstra em seu modo de operação a exclusão como motor da forma urbana.

Esse processo estabelece uma condição periférica: coexistência de opostos com pouca harmonia; alternância entre formas compactas e dispersas; integração pontual com o global e segregação com os adjacentes; densidades que tendem a ser baixas; proximidade da informalidade e da flagrante ilegalidade; e ocupação de extensões que se aproximam à escala regional.

4 PERIFERIAS LATINOAMERICANAS

Da mesma forma em que as cidades têm apresentado continuidade histórica como solução de nossa civilização para a sua perenidade (Portugali 2000), os processos de fragmentação e expansão da forma urbana têm ocorrido como mecanismos de renovação da capacidade de gerar lucro a partir das cidades. Em ciclos de valorização-desvalorização, as contradições inerentes ao capitalismo se mantêm presentes na história das cidades, marcando a sua forma física com desigualdade de condições e oportunidades (Harvey 1989). Desigualdade e urbanização somam-se em processos de fragmentação e diferenciação espacial que constituem o modo de construção das cidades.

Tanto os estudos das condições de moradias na Inglaterra vitoriana de Engels (1845) quanto o reconhecimento recente das disparidades no atual estado das cidades (Davis 2006) demonstram como perdura a presença de áreas de urbanidade diversa, de segunda classe, excluída dos benefícios da urbanização no processo de construção da cidade. Na escala global, imensas regiões são relegadas à exclusão da civilização (Cohen 2004), enquanto que na escala regional, são cidades ou partes de seus territórios que ocupam a parcela inferior da clivagem da desigualdade mundial (UN-Habitat 2010).

Ao observar as cidades, visualizamos com clareza como que, no caso da América Latina, a formação de assentamentos informais e áreas pobres não pode ser simplesmente vista como um estágio transitório de urbanização semelhante ao encontrado na Paris de Hausmann ou na transição vitoriana das cidades inglesas. Ao contrário, este processo esteve presente ao longo de grande parte da história urbana latino-americana, ajudou a definir a forma das suas cidades e representa, ainda hoje, importante vetor de urbanização (Barros 2004).

A forma contemporânea das cidades latino-americanas pode ser compreendida como originária da urbanização dos últimos 70 anos na região. A partir de intenso êxodo rural dos anos 1950, torna-se a região mais intensamente urbanizada do mundo, com forma urbana fragmentada

e plena de carências herdadas de um crescimento explosivo, no qual a necessidade se antecipou à implantação das infraestruturas. Apesar do arrefecimento desta transferência maciça de população do campo ter ocorrido há cerca de 30 anos, as cidades da região ainda não pararam de expandir-se. O ímpeto da urbanização é mantido para abrigar novas funções ou novos arranjos de funções existentes, com a implantação contínua de complexos residenciais, centros comerciais, novas zonas industriais e assentamentos irregulares. O crescimento urbano tornou-se sinônimo de desenvolvimento econômico e mantém as taxas de urbanização de duas a três vezes superiores às taxas de crescimento populacional (UN-Habitat 2012).

A velocidade em que esta urbanização ocorre traz custos sociais importantes, expostos na maior desigualdade do planeta. Territorialmente, o padrão espacial de disparidade acumulado legou pouca oferta de espaços públicos e de lazer e problemas crônicos de subhabitação lado a lado com imóveis ociosos. Mesmo com diminuição da proporção da população a ocupar favelas e áreas de informalidade, atualmente mais de 110 milhões de pessoas vivem nestas condições, suportando o ônus de um processo essencialmente assimétrico de urbanização.

Esta desigualdade se apresenta sob aspectos econômicos, no acesso a oportunidades e à concentração de riquezas; aspectos sociais, quanto aos recursos do estado, pouca mobilidade social e crônicos problemas de educação; e aspectos espaciais, no que se refere a acessibilidade da urbanização e seus benefícios de forma geral mas, também, quanto à provisão de serviços básicos como acesso à água potável e saneamento, que são pouco qualificados e mais caros para os mais pobres (UN-Habitat 2012).

Esta desigualdade se intensifica pela tendência à concentração dos investimentos nos maiores centros urbanos, que hoje causa o espalhamento das cidades principais em suas regiões de entorno. A conurbação é o exemplo mais claro das novas formas de urbanização que se apresentam com as cidades médias, especialmente aquelas próximas a centros econômicos dinâmicos, tornando-se polos de atração populacional e de investimento. Esta condição relativamente recente empurra o padrão espacial e socioeconômico das periferias para a polinucleação, com grande consumo de terra e espraiamento de infraestruturas (UN-Habitat 2012).

Especificamente no Brasil, o conceito de cidadania urbana se constituiu de forma tardia (Ribeiro 2011) e mesmo atualmente não conta com as bases concretas para sua efetivação.

Esta condição de sociedade estamental⁹ (Faoro 1992), somada à história e à estrutura fundiária e econômica das cidades brasileiras (Novy 2002), proporciona certas características às suas periferias: a segregação social, a coexistência não-integrada de perfis econômicos contrastantes e a ocupação de grandes extensões de território por moradias de baixa renda, de forma geral informais. Os assentamentos informais, por sua vez, usualmente contam com pouca infraestrutura, baixa qualidade construída e carência de serviços públicos elementares, além de frequentemente ocuparem áreas de risco ambiental, áreas contaminadas e áreas legalmente interditas à ocupação (UN-Habitat 2003).

5 PROCESSO PERMANENTE DE REDEFINIÇÃO

O descompasso socioespacial que se estabelece nas cidades contemporâneas é reproduzido em uma desintegração espacial baseada na segregação (Bógus & Taschner 2001). A diferenciação do espaço apresenta combinação estreita entre o mercado formal e a informalidade disseminada: o *real state*¹⁰ integrado às bolsas de valores mundiais é associado à grilagem de terras, à autoprodução da moradia nas favelas, às ocupações de vazios periféricos e de edificações ociosas nos centros. A interação entre espaço e processos sociais compostos por racionalidades diversas impõe, portanto, tendências antagônicas, mas com determinação recíproca: a dispersão (crescimento externo) e a concentração (interno) ocorrem em ciclos alternados, movidos pela lógica do mercado e pela força da necessidade (Abramo 2007).

Simbólica e economicamente, a alternância entre o crescimento externo e interno é também refletida entre o crescimento urbano nos mercados formal e informal. Apesar de aparentemente responderem a demandas de terra para classes sociais muito distintas, acabam por interagir através de relações de complementaridade, concorrência ou de efeitos de borda de mútua influência. Mesmo com limitações importantes ao investimento do capital financeiro de mercado (pela ausência da segurança jurídica), a informalidade é o modo de implantação da maior parte da moradia da população e influi no mercado formal. Os mecanismos de demanda e oferta também se manifestam informalmente e geram tanto um mercado paralelo, quanto dinâmicas de crescimento interno e externo, mesmo nas áreas mais pobres. A densificação por

⁹ Estamentos formam a primeira forma moderna de divisão de classes, que seguiu o feudalismo na Europa. Faoro (1992) utiliza esse conceito, que vincula cidadania a posse de recursos, para descrever o Brasil como uma sociedade moderna fragmentada, incompleta e contraditória.

¹⁰ Mercado imobiliário, cujo termo em inglês visa aproximar do seu uso vulgar conforme apropriado pelo empresariado do setor.

verticalização ou subdivisão de lotes, casas e mesmo cômodos é o *modus operandi* do mercado informal em assentamentos consolidados, enquanto que o mercado informal de loteamentos é por vezes a verdadeira vanguarda da expansão urbana (Abramo 2007; Abramo 2009).

Neste conjunto de relações mercadológicas com instituições (e institucionalidades/racionalidades) variadas, as áreas de informalidade ou de pobreza não são subprodutos ocasionais de um processo de enriquecimento universal da sociedade urbana, mas mecanismos ativos na diferenciação espacial do território urbano. Para exemplificar, citamos a expansão da área urbana realizada pelos loteamentos informais, que é capturada pelo mercado após sua regularização jurídica. Esta última, em geral, é acompanhada de investimentos públicos para sua urbanização que compensam a falta de urbanização durante o processo de produção dos lotes (Abramo 2007). Após esta consolidação e com baixo valor de mercado, as áreas pobres acabam convertidas em áreas destinadas a faixas de renda mais altas, num processo de recontextualização da sua ocupação (Barros 2004).

Assim, a desigualdade, a informalidade e mesmo a precariedade urbanística acabam compondo áreas de reserva para o mercado, nas quais as populações pobres permanecem enquanto a valorização do seu entorno não justifica sua remoção. A partir destas observações propomos que, de forma sistêmica e dialética, o papel desempenhado pelas áreas pobres das periferias seja tratado com um caso específico da lógica prevalente no capitalismo: a manutenção da desigualdade como base para seu funcionamento e a existência de áreas passíveis de expropriação é necessária para a própria manutenção da estabilidade do sistema. Harvey argumenta neste sentido:

[...] há um nível agregado de acumulação através da expropriação que deve ser mantido para que o sistema capitalista alcance uma mínima aparência de estabilidade. O desenvolvimento desigual geográfico através da expropriação, portanto, é o corolário da estabilidade capitalista.¹¹ (Harvey 2006, p.93)

Assim, as áreas de pobreza funcionam como válvulas de compensação no mecanismo de expansão das cidades, amortecendo as tensões, absorvendo impactos ambientais e custos de infraestrutura, ao mesmo tempo em que mantém abertas as oportunidades de expropriação da forma urbana. Dessa forma, podemos argumentar que as ocupações precárias e instáveis “[...] em

¹¹ No original ““[...] there is an aggregate degree of accumulation through dispossession that must be maintained if the capitalist system is to achieve any semblance of stability. Uneven geographical development through dispossession, it follows, is a corollary of capitalist stability.”

realidade absorvem parte da instabilidade social existente [...] em bolsões instáveis dentro da cidade [...] e que] são necessários para a estabilidade estrutural do sistema geral.”¹² (Barros & Sobreira 2002, p.9). As áreas de pobreza, portanto, atuam mantendo a estrutura socioespacial das cidades em um frágil e instável equilíbrio, plenamente integradas ao mercado, mesmo que em graus variados de formalidade.

Os processos de substituição de formas urbanas, adensamento e gentrificação estão no centro destes mecanismos contemporâneos de produção de cidade fazendo uso e sendo influenciados pela forma urbanizada das periferias e áreas pobres. Eles criam condições desiguais de uso das oportunidades espaciais oferecidas pelas cidades (Abramo 2007), vinculando a exclusão territorial à exclusão social e econômica (Bógus & Taschner 1999).

Sustentamos que as áreas periféricas pobres, portanto, demonstram ter função importante na evolução atual das cidades, calcada na especulação imobiliária, estratificação e exclusão socioespacial. Quando analisadas sistemicamente, revelam ligações importantes entre o território e redes em múltiplas escalas de agentes e processos heterogêneos (Barros 2004), a seguir detalhadas.

6 MÚLTIPLOS AGENTES DA PERIFERIA

As periferias estruturam-se através de interinfluências socioeconômicas e espaciais, sensíveis a aspectos locais que provém de vantagens específicas mas, também, influenciadas por fluxos globais hegemônicos. Sua constituição se dá através das ações de diversos atores: especuladores locais, grandes proprietários de terra, famílias em busca de complementação de sua renda, migrantes em busca de oportunidades e indivíduos visando melhor colocação socioeconômica (Barros 2004; Abramo 2007). Estes atores são articulados em processos econômicos de oferta e demanda de solo urbano nos mercados formal e o informal.

No mercado informal, estes processos envolvem atributos como poder de mercado dos agentes econômicos (oferta e demanda); características informacionais do mercado (assimetrias e transparências de informação); características dos produtos (homogêneos ou heterogêneos); origens das externalidades (exógenas e endógenas); racionalidades dos agentes

¹² No original “[...] actually absorb part of the existent social instability [...] in unstable pockets within the city [...] they are necessary for the structural stability of the global system.”

(paramétricas ou estratégicas); e ambiente da tomada de decisão (risco probabilístico ou incerteza radical) (Abramo 2007).

O mercado formal, por sua vez, tem de lidar (dentro do contexto jurídico do Estado de Direito) com a imobilidade dos bens e alto valor dos produtos. A primeira impede a utilização do capital investido em outros locais sem perdas significativas e impõe baixa liquidez aos investimentos. O alto valor individual dos produtos compele ao endividamento de longo prazo (como as hipotecas) para os seus compradores; e o longo período de depreciação, que vincula o retorno da demanda já atendida ao mercado e determina a demanda habitacional segundo fenômenos demográficos como ciclo familiar e migrações. Abramo (2007) sugere a integração dos mercados formal e informal através de influências mútuas, oriundas de tendências antagônicas que os levam a se complementar ou concorrer, nos ciclos de valorização da forma urbana.

Ao longo destas alternâncias de valorização e desvalorização, a relação entre os mercados e as decisões familiares ocorre segundo um paradoxo que opõe sua motivação individual e seus ganhos agregados. Segundo uma “convenção urbana”, as famílias buscam individualmente oportunidades de se localizar próximas daquelas de extratos socioeconômicos superiores que os seus. Uma vez que há limite nas oportunidades disponíveis e no seu conhecimento do mercado, entram em dinâmicas de concorrência em que grande parte das famílias assume comportamento homogêneo com coordenação emergente das suas iniciativas – já que todas passam a buscar o que identificam como o modo de ocupação das classes ricas.

Este comportamento entra em choque com a necessidade do mercado de diferenciar seus produtos de forma cíclica para contrapor a tendência de decaimento das margens de lucro, assim como para ressaltar a desvalorização dos bens imobiliários já construídos (que compõem o mercado secundário). Desta forma, entendemos que o comportamento agregado dos mercados e as decisões individuais dos atores se opõem, mas também reforçam as tendências que os originaram. De forma sintética, a busca por oportunidades únicas das famílias leva à homogeneidade do seu comportamento coletivo, que por sua vez insta os produtores imobiliários a diferenciarem seus produtos.

A segregação urbana, neste contexto, é promovida por esta busca por externalidades, nos remetendo aos estudos de Schelling (1971) que demonstram como mesmo sem visar à segregação é possível promover-la através da soma das ações individuais e suas inter-relações.

Parece importante ressaltar que, desta forma, tanto os mecanismos mercadológicos (interação formal-informal) quanto sua articulação com as decisões familiares denotam impactos dos processos sociais sobre a forma urbana e sua ocupação.

Em consonância a esta análise, Barros verifica que “... o processo real de desenvolvimento das cidades latino-americanas é determinado pela desigualdade socioeconômica que é reproduzida no espaço através do processo de localização.”¹³ (2004, p.196). O padrão emergente que observa reproduz a “periferização” das cidades, aumentando o contraste entre centro e periferia de forma marcada pelas diferenças sociais: pobres nas bordas, ricos nos centros.

Diversos comportamentos não dominantes têm relevância no modo de produção e ocupação da forma urbana, agindo coordenadamente com os mecanismos gerais dos mercados, concorrencialmente ou em efeitos mistos nas bordas (Abramo 2007). É possível traduzir influências variadas e não-organizadas centralmente em padrões de funcionamento dos mercados bastante ordenados. As interinfluências entre formalidade e informalidade, entre as racionalidades que ambas impõem aos mercados e delas em relação aos papéis desempenhados pelas classes sociais podem ser explicados através da complexidade.

Estes fenômenos podem ser descritos como comportamentos variados (complementares ou em conflito) que compõem os sistemas urbanos latino-americanos e que agregam-se para formar seu estado global de ordem através da emergência (Barros 2004). Posto de outra forma, mesmo sem coordenação central, se formam redes de inter-representação que compõem um “... sistema de causa e efeito circular entre dois subsistemas auto-organizados, em duas escalas distintas, que estabelecem uma rede única de representação interna e externa.”¹⁴ (Portugali 2000, p.70) e que acabam por criar padrões que reconhecemos como ordenados.

Como exposto acima, são comportamentos de famílias, loteadores de pequeno porte, capitalistas autônomos, legisladores urbanos e diversos outros que compõem os mecanismos de produção da cidade. A nenhum deles pode ser atribuído o controle integral dos processos ou de influência definitiva sobre os demais, mas mesmo assim percebe-se que todos operam estudando estrategicamente as ações dos demais na busca por oportunidades e, agindo assim, acabam por influenciar-se, criando padrões de ordem no aparente caos das relações de produção da cidade.

¹³ No original, “... actual development process of Latin American cities is determined by socio-economic inequality that is reproduced in space by the locational process.”

¹⁴ No original, “a circular causation between two self-organizing sub-systems, at two different scales, that together form a single network of internal and external representation.”

Observamos que a autoprodução de cidade nas favelas intraurbanas (Barros & Sobreira 2002; Barros 2004), assim como a ocupação e produção de loteamentos populares informais (Abramo 2007) trazem comportamentos individuais (ou desagregados na escala das famílias) que não podem ser descritos por médias ou por comportamentos globais. A abordagem da complexidade permite articular a diversidade das decisões individuais com os mecanismos gerais dos mercados. Para avançar, portanto, sugerimos uma perspectiva particularista que permita aproximar a análise urbana de casos específicos e revele com maior detalhe suas características. A partir destas particularidades podemos buscar reconstruir os processos que formam em suas relações de forma sistêmica, formando ordem da base para o topo.

A vinculação de particularidades e estudos empíricos com teorias de produção de cidades através da complexidade permite articulação dos processos globais nos quais se inserem. Assim, podem-se vincular processos ricos em qualidades com reflexões teóricas e metodológicas e investigações empíricas que podem servir como base para construções teóricas mais universais que venham a compor renovada abordagem científica à cidade, conforme demandado por Smith (1989) e mais recentemente por Harvey (2006).

7 CONCLUSÃO

A investigação da cidade através do urbanismo contemporâneo visa preencher lacuna importante nos estudos urbanos que é a integração de métodos quantitativos com a compreensão qualitativa e experimental da realidade. A vinculação de pesquisa em pós-graduação com atividades de ensino na graduação e atividades de extensão na realidade podem trazer oportunidades para indagar sobre a cidade e observar seus processos de produção e evolução, assim como para vincular o conhecimento científico à elaboração de políticas públicas. Esta reflexão visa substanciar este debate e fornecer insumos teóricos para a construção de experimentos, ensaios e investigações de campo.

Em primeiro lugar, observamos a consolidação de uma condição periférica na ocupação das bordas das cidades contemporâneas na América Latina. Nelas, percebemos a coexistência crescente de usos e atividades antagônicos, com pouca ou nenhuma articulação que não a justaposição. De forma semelhante, ocorre a integração de pontos ou partes específicas das atividades nas periferias com a escala global do planeta ao mesmo tempo em que se segregam dos seus adjacentes. Também percebemos a alternância entre formas compactas e dispersas;

densidades que tendem a ser baixas; proximidade da informalidade e da ilegalidade; e ocupação de extensões que se aproximam à escala regional.

Em segundo lugar, é salientada a intensa presença da desigualdade, tanto econômica, quanto social e espacial das cidades latino-americanas. O acesso a oportunidades, riquezas, recursos do estado, aos benefícios da urbanização e mesmo a infraestrutura básica é extremamente assimétrico e privilegia as classes superiores. Este descompasso socioespacial é refletido em uma desintegração espacial baseada na segregação e a interação do espaço com a sociedade é marcada por conflito entre racionalidades diversas. Não obstante o antagonismo que exibem, estas racionalidades têm determinação recíproca e são movidas seja pela lógica do mercado ou pela força da necessidade.

Finalmente, as áreas de pobreza funcionam como válvulas de compensação no mecanismo de expansão das cidades, amortecendo as tensões, absorvendo impactos ambientais e custos de infraestrutura, ao mesmo tempo em que mantém abertas as oportunidades de expropriação da forma urbana. As áreas periféricas pobres, portanto, têm função importante na evolução atual das cidades, calcada na especulação imobiliária, estratificação e exclusão sócio espacial e revelam ligações importantes entre o território e redes em múltiplas escalas de agentes e processos heterogêneos que podem ser estudados sistemicamente através de abordagem da complexidade.

REFERÊNCIAS

Abramo, P., 2007. A Cidade Com-Fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 9(02), pp.25–53.

Abramo, P., 2009. Compro uma casa na favela: mercado Informal, a nova porta de entrada dos pobres nas grandes cidades brasileiras. In *XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Florianópolis: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.

Ascher, F., 2010. *Os novos princípios do urbanismo*, São Paulo: Romano Guerra.

Barros, J.X., 2004. *Urban Growth in Latin American Cities Exploring urban dynamics through agent-based simulation*. London: University College London.

- Barros, J.X. & Sobreira, F.J.A., 2002. City of Slums: self-organisation across scales. *CASA Working Papers*, 55, pp.0–11.
- Berube, A. & Kneebone, E., 2006. Two Steps Back: City and Suburban Poverty Trends 1999–2005. In *Living Cities Census Series*. Washington DC: Brookings Institution Press, pp. 1–24.
- Bógus, L.M.M. & Taschner, S.P., 2001. São Paulo: o caleidoscópio urbano. *São Paulo em Perspectiva*, 15(1), pp.31–44.
- Bógus, L.M.M. & Taschner, S.P., 1999. São Paulo: velhas desigualdades, novas configurações espaciais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 1, pp.153–174.
- Chin, N., 2002. Unearthing the roots of urban sprawl: a critical analysis of form, function and methodology. *CASA Working Papers*, 47, pp.0–25.
- Cohen, B., 2004. Urban Growth in Developing Countries: A Review of Current Trends and a Caution Regarding Existing Forecasts. *World Development*, 32(1), pp.23–51.
- Davis, M., 2006. *Planeta favela* 1a ed., São Paulo: Boitempo Ed.
- Echenique, M.H. et al., 2012. Growing Cities Sustainably. *Journal of the American Planning Association*, 78(2), pp.121–137.
- Engels, F., 1845. *The condition of the working class in England*, London: Penguin. [Ed. 2009]
- Faoro, R., 1992. A questão nacional: a modernização. *Estudos Avançados*, 6(14), pp.7–22.
- Fujita, M. & Thisse, J.-F., 2009. New Economic Geography: An appraisal on the occasion of Paul Krugman’s 2008 Nobel Prize in Economic Sciences. *Regional Science and Urban Economics*, 39(2), pp.109–119.
- Harvey, D., 2006. *Spaces of global capitalism*, London: Verso.
- Harvey, D., 1989. *The urban experience*, Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Harvey, D., 1978. The urban process under capitalism: a framework for analysis. *International Journal of Urban and Regional Research*, 2(1-4), pp.101–131.
- Lee, B., 2007. “Edge” or “Edgeless” Cities? Urban Spatial Structure in U.S. Metropolitan Areas, 1980 To 2000*. *Journal of Regional Science*, 47(3), pp.479–515.
- Logan, J.R. & Molotch, H.L., 1993. The city as a growth machine. In Fainstein & Campbell, eds. *Readings in Urban Theory*. Oxford, UK.: Blackwell Publishing Ltd.
- Novy, A., 2002. *A des-ordem da periferia: 500 anos de espaço e poder no Brasil*, Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

- Panerai, P., Castex, J. & Depaule, J.-C., 2013. *Formas Urbanas: a dissolução da quadra*, Porto Alegre: Bookman.
- Polidori, M.C., Peres, O.M. & Tomiello, F., 2014. Efeito de borda urbano, concentração, exclusão e irregularidade. *Projectare: revista de arquitetura e urbanismo*, (6), pp.108–120.
- Portugali, J., 2000. *Self-Organization and the City*, Berlin: Springer.
- Reis, N.G.G., 2006. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano* 1a ed., São Paulo: Via das Artes.
- Ribeiro, L.C. de Q., 2011. Cidade, nação e mercado: gênese e evolução urbana no Brasil. In J. L. A. Natal, ed. *Território e Planejamento*. Rio de Janeiro: Letra Capital; IPPUR.
- Schelling, T.C., 1971. Dynamic models of segregation. *Journal of mathematical sociology*, 1(2), pp.143–186.
- Smith, N., 1989. Uneven development and location theory: towards a synthesis. In R. Peet & N. Thrift, eds. *New models in geography*. London: Unwin Hyman, pp. 142–163.
- UN-Habitat, 2012. *State of latin american and caribbean cities 2012*, Nairobi: UN-Habitat.
- UN-Habitat, 2008. *State of the World's Cities 2008/2009 - Harmonious Cities*, London: United Nations Human Settlements Programme.
- UN-Habitat, 2010. *State of the World's Cities 2010/2011 - Cities for All: Bridging the Urban Divide*, London: United Nations Human Settlements Programme.
- UN-Habitat, 2003. *The Challenge of Slums: Global Report on Human Settlements*, London: United Nations Human Settlements Programme.
- Wheaton, W.C., 1982. Urban spatial development with durable but replaceable capital. *Journal of Urban Economics*, 12(1), pp.53–67.
- Xie, Y., Batty, M. & Zhao, K., 2005. Simulating emergent urban form: Desakota in China. *CASA Working Papers*, 95(0), pp.0–32.